

## EMPREGABILIDADE LGBTQIA+ E PRECONCEITO ENRAIZADO

Instituto Maayan<sup>1</sup>

Priscilla Pacheco de Souza<sup>2</sup>

### RESUMO

A empregabilidade da comunidade LGBTQIA+ é frequentemente afetada por preconceitos enraizados na sociedade. Apesar dos avanços nas leis e políticas de inclusão, muitos membros dessa comunidade enfrentam discriminação no local de trabalho, o que limita suas oportunidades de emprego e progressão na carreira. O preconceito pode se manifestar de várias formas, desde a recusa de contratação até o assédio no ambiente de trabalho. Isso cria barreiras significativas para a plena participação econômica e social dos indivíduos LGBTQIA+. Para combater essa realidade, são necessárias medidas eficazes de conscientização, educação e implementação de políticas antidiscriminatórias nas empresas e na legislação trabalhista.

Palavras-chave: Empregabilidade LGBTQIA+; Preconceito; Discriminação; Inclusão; Diversidade; Direitos Humanos.

### ABSTRACT

The employability of the LGBTQIA+ community is often affected by deep-rooted prejudices in society. Despite advancements in laws and inclusion policies, many members of this community face discrimination in the workplace, limiting their job opportunities and career advancement. Prejudice can manifest in various forms, from refusal to hire to harassment in the workplace. This creates significant barriers to full economic and social participation for LGBTQIA+ individuals. To combat this reality, effective measures of awareness, education, and implementation of anti-discriminatory policies in companies and labor legislation are necessary.

Keywords: LGBTQIA+ Employability; Prejudice; Discrimination; Inclusion; Diversity; Human Rights

---

<sup>1</sup> Instituto fundado em 2011, tratando-se de uma organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, com sede na Cidade do Rio de Janeiro. Resultado da união da Associação Fonte de Vida Isaura Santos e do desejo de uma equipe multidisciplinar de profissionais e empreendedores sociais. Com notória experiência gerencial no campo das realizações sociais e nos princípios do desenvolvimento integrado e autossustentável. E-mail: maayan.instituto@gmail.com

<sup>2</sup> Assistente Social e Mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: priscilla\_souza@id.uff.br

## 1. INTRODUÇÃO

A inserção da comunidade LGBTQIA+<sup>3</sup> no mercado formal de trabalho é frequentemente obstruída por barreiras de acessibilidade e preconceito arraigado na sociedade. O presente artigo discute as complexidades enfrentadas por indivíduos desta comunidade ao buscar oportunidades laborais, destacando a discriminação sistemática e a negação de direitos fundamentais como consequências diretas desse preconceito. A falta de reconhecimento da identidade de gênero dessas pessoas contribui para a marginalização e exclusão social, impedindo-as de desfrutar plenamente de direitos básicos, como acesso à educação e ao trabalho.

Historicamente, a sociedade impôs padrões de normalidade, relegando grupos marginalizados a uma posição de invisibilidade e estigmatização. Apesar do avanço na discussão sobre questões de gênero, diversidade e sexualidade, persistem tabus e resistências, especialmente no contexto do mercado de trabalho e do sistema educacional. No ambiente corporativo, as pessoas LGBTQIA+ enfrentam uma série de desafios para garantir oportunidades de emprego com todos os direitos assegurados. A escassez de vagas em empregos de qualidade e melhores oportunidades é uma realidade para muitos. No âmbito educacional, a pressão conservadora para evitar discussões sobre gênero e sexualidade prejudica a inclusão desses sujeitos, contribuindo para a perpetuação da discriminação e do preconceito. A evasão escolar também é comum devido à violência e preconceito que enfrentam, o que limita suas oportunidades de qualificação e inserção no mercado formal de trabalho. A falta de qualificação profissional é exacerbada pela discriminação, tornando ainda mais difícil para essas pessoas conseguirem empregos formais.

Nota-se que, infelizmente quando essas pessoas não estão no mercado informal, o que elas conseguem são empregos nos quais são pré-estabelecidos devido ao seu gênero e sua imagem, são empregos na área da beleza e estética como manicure, cabeleireiro maquiador/a, entre outros, ou também empregos como domésticas. Poucas dessas pessoas conseguem empregos formais em grandes empresas, escritórios e outros ambientes mais corporativos. Observou-se a falta de preparo por parte das empresas para receber e conseguir trabalhar com esses profissionais de forma correta. A não

---

<sup>3</sup> “A sigla LGBTQIA+ faz referência a lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero. Inicialmente chamada de GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), a sigla foi mudando de acordo com as mudanças que ocorreram nas pautas e com a busca por direitos do movimento. Para cada uma das letras, há uma historicidade, e o fato de estarem representadas na sigla indica não só uma identidade, mas também o orgulho. A bandeira do arco-íris passou a ser utilizada na década de 1970, mas existem outras, com variações de cores e símbolos. A mais recente mudança foi a incorporação das cores da luta antirracista, da bandeira trans e da simbologia intersexo.” (Segundo informações do site <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/lgbtqia.htm>. Acesso em 09/12/2020).

preparação por parte do empregador é um grande obstáculo para a contratação [...] (MELO, 2020, p. 14)

Diante desse cenário, a promoção de políticas públicas eficazes torna-se fundamental para combater as práticas de violência, desrespeito e exclusão. A garantia de igualdade de oportunidades e dignidade para as pessoas LGBTQIA+ requer ações concretas que enfrentem o preconceito arraigado na sociedade e promovam a inclusão verdadeira e o respeito aos direitos humanos de todos os cidadãos.

A abordagem do tema aqui proposto é de extrema relevância diante do cenário social atual, onde ainda persistem formas preconceituosas de tratamento em relação às pessoas transexuais. Há a necessidade de compreensão e análise da situação enfrentada por essa comunidade no mercado de trabalho. Estudar o cenário de consolidação desse direito fundamental visa oferecer uma visão ampla e aprofundada das questões envolvidas.

Importa refletir sobre a necessidade urgente de combater o preconceito e a discriminação ainda presentes na sociedade. Dando o devido destaque às políticas públicas voltadas para questões de gênero, como um meio de promover avanços significativos na comunidade e enfrentar a resistência que ainda existe em relação a essa questão, bem como discussões e iniciativas que visam erradicar ou minimizar a violência e exclusão enfrentadas por esse grupo. Pessoas que se enquadram na comunidade LGBTQIA+ ainda são marginalizadas, menosprezadas e violentadas em sua vivência social, o que evidencia a urgência de ações concretas para promover uma sociedade mais inclusiva.

## **1. VULNERABILIDADES E LUTAS**

Para compreensão do contexto de vulnerabilidades e lutas da comunidade LGBTQIA+, é importante saber quais causas que contribuem para a vulnerabilidade socioeconômica dessa população em situação de pobreza. A relação entre identidade de gênero e orientação sexual, aliada a fatores socioeconômicos, amplifica as dificuldades enfrentadas por esse grupo, tornando-os ainda mais suscetíveis à marginalização e à exclusão social.

No Brasil, onde a desigualdade social é uma realidade estrutural, as pessoas enfrentam obstáculos adicionais devido à discriminação e à violência baseadas na orientação sexual e identidade de gênero. Essas formas de discriminação muitas vezes se manifestam tanto no

âmbito público quanto no privado, criando desafios significativos para a inserção social e econômica desta população.

A falta de políticas públicas específicas voltadas para as necessidades da comunidade contribui para a perpetuação da desigualdade e exclusão. A ausência de proteção legal adequada contra a discriminação no local de trabalho, a dificuldade de acesso à educação e saúde adequadas, bem como a falta de representação política, são apenas algumas das questões que agravam a situação socioeconômica dos indivíduos dessa comunidade em situação de pobreza.

É fundamental reconhecer a diversidade dentro da própria comunidade, considerando as interseções de raça, etnia, classe social e outras características que influenciam as experiências e necessidades específicas de cada subgrupo. Por exemplo, indivíduos LGBTQIA+ negros e transgêneros/as podem enfrentar desafios adicionais devido à interseção de múltiplas formas de discriminação e opressão.

Em relação ao surgimento e a evolução da comunidade no Rio de Janeiro refletem não apenas as lutas específicas, mas também os contextos políticos, sociais e culturais mais amplos do Brasil ao longo das décadas. Durante o regime militar (1964-1985), a repressão política afetou diversas esferas da sociedade, incluindo os movimentos sociais e as expressões de identidade não conformistas, como a homossexualidade. Nesse período, a clandestinidade e o medo da perseguição levaram muitos ativistas LGBTQIA+ a operar sob sigilo, dificultando a organização e a mobilização. Os anos 1970 e 1980 foram marcados por um despertar político e social em todo o mundo, e o Rio de Janeiro não foi exceção. Surgiram grupos como o Gaag, Aganim, Somos/RJ e Auê, que buscavam promover a conscientização sobre os direitos LGBT e criar espaços de apoio e sociabilidade para uma comunidade frequentemente marginalizada e invisibilizada. No entanto, esses grupos enfrentaram não apenas a repressão do regime militar, mas também o estigma social e a discriminação generalizada. (CÂMARA, 2015, p. 378)

A figura de Herbert Daniel destaca-se nesse cenário como um líder carismático e comprometido com as causas da comunidade e dos direitos humanos em geral. Sua experiência como exilado político e militante da luta armada o colocou em uma posição única para articular as lutas sociais e políticas, tanto dentro quanto fora da comunidade. O papel de Daniel na conscientização sobre a epidemia de AIDS e na defesa dos direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS foi fundamental para mudar a percepção pública e promover políticas de saúde mais inclusivas e compassivas. (CÂMARA, 2015, p. 378)

Hoje, com o Programa Rio Sem Homofobia e outros esforços governamentais e da sociedade civil, há uma maior conscientização e reconhecimento dos direitos LGBTQIA+ no

Rio de Janeiro. No entanto, os desafios persistem, incluindo a violência, a discriminação e a falta de acesso a serviços básicos de saúde e educação. A luta pela igualdade e pela dignidade continua, impulsionada pelo legado dos ativistas pioneiros e pela resiliência da comunidade carioca.

Portanto, para abordar efetivamente as vulnerabilidades socioeconômicas da população LGBTQIA+ em situação de pobreza no Rio de Janeiro, é crucial adotar uma abordagem interseccional que leve em consideração não apenas a orientação sexual e identidade de gênero, mas também outros aspectos de sua identidade e contexto social. Isso requer o desenvolvimento e implementação de políticas públicas inclusivas e sensíveis às necessidades específicas dessa comunidade, bem como esforços para promover a conscientização e combater a discriminação em todas as esferas da sociedade.

### **1.1- Um pouco mais de contextualização**

A trajetória das lutas pelos direitos de gênero e sexualidade no Brasil é um reflexo complexo das dinâmicas sociais, políticas e culturais que moldaram a nação ao longo de sua história. Desde o final do século XIX, quando os primeiros movimentos feministas começaram a desafiar as estruturas patriarcais e reivindicar a igualdade de direitos para as mulheres, até a emergência do movimento homossexual nas décadas de 1960 e 1970, essas lutas têm desafiado normas, preconceitos e opressões arraigadas.

No entanto, a realidade brasileira adiciona camadas complexas a essas lutas. A formação do país foi marcada por um profundo desejo pela branquitude e pelo pânico à mestiçagem, resultando em um sistema de poder oligárquico e patriarcal que perpetuou a marginalização das mulheres e das comunidades LGBTQIA+. Esse contexto histórico influenciou não apenas as estruturas de poder político, mas também as normas sociais e culturais que definiram os padrões de masculinidade e feminilidade, bem como os modelos de família e sexualidade aceitáveis. Essa dinâmica complexa de poder e dominação se entrelaça com a resistência e politização das lutas sociais, à medida que movimentos feministas, LGBTQIA+ e de direitos humanos desafiam as estruturas de opressão e buscam ampliar a democracia e a cidadania para todos os cidadãos. Em meio a esses desafios, surge uma mensagem de esperança e resistência. A politização das lutas sociais e a ampliação da democracia representam uma oportunidade de transformação e renovação e de direitos humanos continuam a desafiar as estruturas de poder e

a buscar um futuro mais igualitário e inclusivo para todos os brasileiros. (IRINEU, 2014, p. 156)

A construção e implementação de políticas sociais são fenômenos moldados por uma série de fatores que vão desde demandas sociais emergentes até negociações políticas complexas. No contexto específico dos direitos da população LGBTQIA+, esse processo adquire contornos ainda mais marcados por décadas de invisibilidade, estigma e luta por reconhecimento. Como citado anteriormente, no Brasil, as primeiras manifestações organizadas do movimento homossexual remontam ao final da década de 1970, embora gestos individuais de resistência e politização das identidades gay e lésbica já pudessem ser observados desde os anos 1950, especialmente em ambientes de sociabilidade e lazer. No entanto, foi durante as décadas de 1980 e 1990 que essa comunidade começou a se articular de maneira mais robusta, impulsionada, em parte, pela emergência da epidemia de HIV/AIDS, que expôs de forma brutal as desigualdades e estigmas enfrentados por essa população.

O processo de redemocratização do Brasil após anos de ditadura militar proporcionou um ambiente mais propício para a ampliação da discussão sobre gênero e sexualidade. Novas vozes se somaram ao coro dos ativistas LGBTQIA+, incluindo acadêmicos, profissionais de saúde e defensores dos direitos humanos, todos buscando desconstruir estereótipos, promover a diversidade e garantir o respeito aos direitos individuais. Nesse contexto, o diálogo entre o movimento e as instâncias governamentais se intensificou, culminando na formulação de estratégias para influenciar a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para essa comunidade. Esse processo não se deu sem desafios, pois enfrentou resistência e preconceito em diversos níveis da sociedade, incluindo setores conservadores e religiosos. (IRINEU, 2014, p. 166)

No entanto, ao longo das últimas décadas, houve avanços significativos na conquista de direitos, como a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, a criminalização da homofobia e a adoção de políticas afirmativas em diversos setores da sociedade. Essas conquistas são fruto de um movimento contínuo de mobilização, resistência e negociação, demonstrando a importância do ativismo na promoção da igualdade e da justiça social.

## 2. O ACESSO À EMPREGABILIDADE

O direito ao trabalho é uma peça fundamental nos direitos humanos, tanto no contexto internacional quanto nacional. Ele é reconhecido como um direito universal, cuja realização é vital para a preservação da dignidade humana e a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. No Brasil, esse direito é consagrado na Constituição Federal de 1988, que assegura a liberdade de exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que observadas as qualificações profissionais estabelecidas por lei. Essa garantia não se limita apenas ao aspecto individual, representado pelos contratos de trabalho, mas também se estende à dimensão coletiva, relacionada às políticas públicas voltadas para o pleno emprego. O trabalho é mais do que uma simples atividade econômica, é a maneira pela qual o ser humano constrói sua existência e se relaciona com a sociedade.

O trabalho é sem sombra de dúvidas importantíssimo para o desenvolvimento pessoal do ser humano, além de ser necessário para a sobrevivência e sustento dos sujeitos e suas famílias. Entretanto, ele vai mais além, é uma ferramenta que serve para socializar as pessoas, uma vez que através do trabalho é possível descobrir e desenvolver habilidades, criar círculos de amizades, além de nos ensinar a conviver com as diferenças, contribuir para as interações, e nos estimula a buscar dirimir conflitos sociais através do diálogo. (JUNIOR, 2020, p. 36-37)

Ou seja, além de ser essencial para o sustento e a sobrevivência das pessoas, o trabalho desempenha um papel crucial na organização da vida em sociedade. Ele não apenas proporciona o desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos, mas também promove a socialização, o convívio com as diferenças e a resolução de conflitos. Em suma, o direito ao trabalho é mais do que uma simples garantia legal - é uma ferramenta poderosa para a construção de um mundo mais justo e humano.

Segundo Pesquisa Nacional realizada pela Organização Todxs<sup>4</sup>, o universo das experiências laborais e econômicas da população LGBTQIA+ no Brasil, há a multiplicidade de espaços de trabalho ocupados por essa comunidade e a disparidade na renda e nas horas trabalhadas. Essas discrepâncias não apenas afetam o acesso a bens, serviços e lazer, mas também refletem nas posições sociais ocupadas e nas vivências individuais. Uma das principais questões abordadas pela pesquisa é a situação de emprego ou desemprego, delineando assim o perfil ocupacional do grupo estudado. A intersecção de dados relacionados à escolaridade,

---

<sup>4</sup> Organização sem fins lucrativos que promove a inclusão de pessoas LGBTQIA+ na sociedade com iniciativas de formação de lideranças, pesquisa, conscientização e segurança. (Segundo informações do site <https://www.todxs.org/>. Acesso em 28/12/2020).

identidade de gênero, orientação sexual, raça, deficiência e outros marcadores sociais permite uma compreensão mais profunda das condições laborais e do acesso à renda para esse grupo.

Dentre as 15.311 pessoas que responderam se possuem empregos, os resultados ficaram quase igualmente divididos. 48,83% dos participantes estão empregados enquanto 51,17% disseram não ter emprego. Interessante observar o contraste destes números com os presentes no Censo Demográfico desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado no ano de 2010 onde indica-se que, na população com mais de 15 anos de idade, o número de pessoas ativas no mercado de trabalho chegou a 58,9% no país (IBGE, 2012b). Isto é, quase 10% a mais que na presente pesquisa.<sup>5</sup>

Empregados de carteira assinada correspondem a 55,12% (4121 pessoas), contra 17,62% (1317 pessoas) que são empregadas, mas não têm carteira de trabalho assinada. Responderam que são autônomos 13,19% (986 pessoas) e outras 10,62% (794 pessoas) são empregadas pelo regime jurídico dos funcionários públicos. Há ainda uma minoria composta por 1,75% (131 pessoas) de pessoas empregadoras 0,88% (66 pessoas) de trabalhadores não-remunerados e 0,82% (61 pessoas) militares do exército, marinha, aeronáutica, polícia militar ou corpo de bombeiros.<sup>6</sup>

Em relação à informalidade, torna-se uma realidade ainda mais brutal para esse grupo, especialmente quando consideramos as interseções com raça, deficiência e classe social. Mesmo no mercado de trabalho formal, o acesso é extremamente difícil devido a barreiras estruturais e a um ambiente muitas vezes hostil e preconceituoso. Essas dificuldades persistem independentemente do nível de qualificação, uma vez que a identidade LGBTQIA+ por si só já é motivo de exclusão e marginalização. É preocupante observar que, mesmo quando conseguem emprego, os membros dessa comunidade frequentemente se deparam com preconceitos. Na informalidade, a falta de proteção trabalhista os coloca em uma situação ainda mais vulnerável, tornando ainda mais difícil a tarefa de garantir uma renda suficiente para suas necessidades básicas.

---

<sup>5</sup> Segundo informações do site [https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Pesquisa-nacional-por-amostra-da-populacao-LGBTI%2B%3Dmercado-de-trabalho](https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Pesquisa-nacional-por-amostra-da-populacao-LGBTI%2B%3Dmercado-de-trabalho). Acesso em 28/12/2020.

<sup>6</sup> Segundo informações do site [https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Pesquisa-nacional-por-amostra-da-populacao-LGBTI%2B%3Dmercado-de-trabalho](https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Pesquisa-nacional-por-amostra-da-populacao-LGBTI%2B%3Dmercado-de-trabalho). Acesso em 28/12/2020.

Portanto, a pesquisa não apenas documenta as profundas injustiças enfrentadas pela população LGBTQIA+ no mercado de trabalho, mas também aponta para a necessidade premente de medidas concretas e políticas inclusivas que garantam o pleno exercício de seus direitos e oportunidades de vida digna.

A pesquisa do projeto "Demitindo Preconceitos" traz à tona uma realidade alarmante: 38% das empresas têm restrições para contratar pessoas da comunidade LGBTQI+. Esse dado reflete um preconceito velado que persiste no ambiente de trabalho, impedindo que muitos profissionais alcancem oportunidades de emprego, simplesmente por sua orientação sexual ou identidade de gênero. Apesar de, muitas vezes, possuírem qualificações e experiência necessárias, a busca de recolocação no mercado de trabalho acaba tendo obstáculos após assumirem sua identidade LGBTQIA+ no mercado de trabalho.<sup>7</sup>

A pesquisa revela ainda que menos da metade dos trabalhadores LGBTQIA+ (47%) se sentem confortáveis em revelar sua orientação sexual no ambiente profissional. Esse dado reflete não apenas a persistência do preconceito, mas também a falta de um ambiente inclusivo e acolhedor nas empresas. Em muitos casos, o ambiente profissional não oferece o suporte necessário para que os empregados se sintam confortáveis e respeitados em sua identidade. Essa falta de acolhimento não apenas afeta o bem-estar emocional dos profissionais, mas também compromete sua produtividade e o ambiente de trabalho como um todo.<sup>8</sup>

Portanto, é fundamental que empresas e organizações adotem políticas e práticas que promovam a diversidade e a inclusão, garantindo que todos os profissionais se sintam valorizados e respeitados independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. A criação de ambientes de trabalho seguros e acolhedores é essencial para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

### **3. SAÚDE MENTAL**

A depressão e o sofrimento psíquico são problemas de saúde mental amplamente difundidos, afetando milhões de pessoas em todo o mundo. Estima-se que mais de 300 milhões

---

<sup>7</sup> Segundo informações do site <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/07/01/38percent-das-empresas-tem-restricoes-para-contratar-lgbtqi-diz-pesquisa-preconceito-velado-relata-mulher-trans.ghtml>. Acesso em 20/12/2020.

<sup>8</sup> Segundo informações do site <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/07/01/38percent-das-empresas-tem-restricoes-para-contratar-lgbtqi-diz-pesquisa-preconceito-velado-relata-mulher-trans.ghtml>. Acesso em 20/12/2020.

de indivíduos de todas as idades convivam com a depressão, uma condição que não apenas causa sofrimento emocional, mas também pode levar a uma incapacidade significativa e aumentar a vulnerabilidade a outras doenças graves. Os sintomas da depressão são variados e podem incluir tristeza persistente, desinteresse por atividades antes apreciadas, sentimentos de culpa, ideação suicida e muito mais. A gravidade dos sintomas pode variar de leve a grave, afetando a capacidade da pessoa de realizar atividades diárias e interagir socialmente. (CAVALCANTE et al., 2020, p. 2)

Para a comunidade LGBTQIA+, os desafios enfrentados em relação à depressão e ao sofrimento psíquico são ampliados devido à estigmatização e discriminação frequentemente enfrentadas. Pesquisas mostram que os índices de depressão e sofrimento psíquico são significativamente mais altos entre a população LGBTQIA+ em comparação com a população heterossexual, refletindo os impactos negativos da estigmatização e opressão.

O impacto da pandemia de Covid-19 tem sido profundo e variado, afetando diferentes grupos de pessoas de maneiras distintas. Desde o seu início, em março de 2020, milhares de vidas foram diretamente impactadas por um vírus que, inicialmente, não fazia distinção entre gênero, cor da pele ou condição social. No entanto, conforme evidenciado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), os efeitos da pandemia têm sido mais intensos para determinados grupos, especialmente aqueles marcados por fatores sociais como raça, gênero, classe social, localização geográfica, dinâmica econômica e social, e até mesmo sexualidade.<sup>9</sup>

No Dia Internacional do Orgulho LGBT, celebrado em 28 de junho, um estudo revela um aumento de 16% na vulnerabilidade da população LGBTQIA+ no Brasil ao longo do último ano. Os dados alarmantes indicam um agravamento significativo da situação psicológica e financeira dessas pessoas, conforme apontado por um trabalho realizado pelo coletivo #VoteLGBT em colaboração com a Box1824, uma empresa especializada em pesquisa de mercado. Esses resultados refletem não apenas os desafios enfrentados pela população LGBTQIA+ em meio à pandemia, mas também destacam as disparidades existentes em termos de acesso a recursos e suporte. A pandemia exacerbou as desigualdades pré-existentes e expôs ainda mais as vulnerabilidades, inclusive de saúde mental, de grupos historicamente marginalizados.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Segundo informações do site <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/55-da-populacao-lgbtqia-teve-piora-na-saude-mental-na-pandemia-diz-estudo/>. Acesso em 15/12/2020.

<sup>10</sup> Segundo informações do site <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/55-da-populacao-lgbtqia-teve-piora-na-saude-mental-na-pandemia-diz-estudo/>. Acesso em 15/12/2020.

É fundamental que políticas e ações sejam implementadas para enfrentar essas disparidades e garantir o acesso igualitário a cuidados de saúde, apoio psicológico, assistência financeira e outras formas de suporte para a comunidade LGBTQIA+. A luta pela igualdade e inclusão não deve ser interrompida, especialmente em tempos de crise, e é necessário um esforço coletivo para garantir que todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, possam enfrentar os desafios da pandemia com dignidade e respeito.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A divulgação dos dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) traz uma importante reflexão sobre a diversidade de orientações sexuais presentes na população brasileira. Pela primeira vez, o estudo coletou informações sobre auto identificação da orientação sexual entre os adultos do país, oferecendo insights valiosos sobre essa temática até então subestimada. De acordo com os resultados de 2019, cerca de 2,9 milhões de brasileiros adultos se declaram lésbicas, gays ou bissexuais. Esse número representa uma parcela significativa da população, cuja auto identificação diverge do padrão heterossexual. No entanto, é importante ressaltar que essa estatística pode estar subnotificada, uma vez que muitas pessoas podem não se sentir confortáveis em revelar sua orientação sexual, seja por questões de segurança, discriminação ou outras razões pessoais.<sup>11</sup>

Além desses dados, a pesquisa revela que uma parcela da população (1,1%) não soube ou optou por não responder à questão, enquanto outros (2,3%) recusaram-se a participar. Uma minoria (0,1%) afirmou se identificar com outras orientações, sendo que a maioria dessas respostas mencionou identidades como pansexualidade ou assexualidade, indicando uma diversidade ainda maior de experiências e vivências relacionadas à sexualidade. Esses números ressaltam a importância de uma abordagem inclusiva e respeitosa em relação às diferentes orientações sexuais presentes na sociedade brasileira. Promover a aceitação, o respeito e a compreensão da diversidade sexual é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as pessoas possam viver livremente, sem medo de discriminação ou preconceito.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Segundo informações do site <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-05/ibge-divulga-levantamento-sobre-homossexuais-e-bissexuais-no-brasil>. Acesso em 15/12/2020.

<sup>12</sup> Segundo informações do site <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-05/ibge-divulga-levantamento-sobre-homossexuais-e-bissexuais-no-brasil>. Acesso em 15/12/2020.

Para além de ações nas áreas social, de direito, de trabalho, de educação, é importante ressaltar também a Política Nacional de Saúde LGBT, que representa um avanço significativo nas políticas públicas de saúde no Brasil, marcando um momento histórico de reconhecimento das necessidades e demandas dessa população em situação de vulnerabilidade. Ela não apenas norteia e legitima essas necessidades, mas também está alinhada aos princípios de equidade estabelecidos na Constituição Federal e na Carta dos Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). A sua formulação foi pautada pelas diretrizes do governo, conforme estabelecido no Programa Brasil sem Homofobia, coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), que atualmente faz parte do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3).<sup>13</sup>

Com o reconhecimento da complexidade das questões de saúde enfrentadas pela população LGBT, o movimento social buscou apoio em outras áreas do Ministério da Saúde, ampliando assim suas demandas em saúde e conferindo à Política um caráter transversal que abrange todas as áreas da pasta, incluindo a produção de conhecimento, participação social, promoção, atenção e cuidado. A elaboração da Política contou com a participação de diversas lideranças, técnicos e pesquisadores, sendo submetida a consulta pública antes de ser apresentada e aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS). Esse processo inclusivo e participativo reflete o compromisso com a construção de políticas de saúde que atendam efetivamente às necessidades da população LGBT e promovam a equidade e o respeito aos direitos humanos.<sup>14</sup>

A Política LGBT é uma estrutura que engloba diretrizes fundamentais para garantir a saúde e o bem-estar da população LGBTQIA+, exigindo a elaboração de planos com estratégias claras e metas definidas. Sua implementação enfrenta desafios significativos e requer um compromisso sério por parte das autoridades de saúde em todos os níveis governamentais, bem como a participação ativa da sociedade civil e dos órgãos de controle social.

É crucial que as secretarias estaduais e municipais de saúde, os conselhos de saúde e todas as áreas do Ministério da Saúde se engajem efetivamente na execução dessa política, a fim de garantir o direito à saúde e combater as desigualdades existentes. Isso implica a implementação de medidas concretas para prevenir a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nos serviços de saúde pública.

---

<sup>13</sup> Segundo informações do site [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_lesbicas\\_gays](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays). Acesso em 20/12/2020.

<sup>14</sup> Segundo informações do site [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_lesbicas\\_gays](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays). Acesso em 20/12/2020.



Portanto, a implementação eficaz de políticas ligadas à causa LGBTQIA+ requer uma abordagem abrangente e inclusiva, que reconheça e respeite a diversidade da população brasileira e promova a equidade no acesso a todos os tipos de serviços e direitos. Isso não apenas fortalece o compromisso com os direitos humanos, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais igualitária.

## 5. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL, 2020. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-05/ibge-divulga-levantamento-sobre-homossexuais-e-bissexuais-no-brasil>. Acesso em 15/12/2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília - DF: Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, 2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_lesbicas\\_gays](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays). Acesso em: 20/12/2020.

CAVALCANTE, L. O. *et al.* “Depressão e Sofrimento Psíquico em Ambientes Universitários de Pessoas LGBTQIA+.” Canoas: ULBRA, 2020.

CNN BRASIL, 2020. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/55-da-populacao-lgbtqia-teve-piora-na-saude-mental-na-pandemia-diz-estudo>. Acesso em 15/12/2020.

IRINEU, Bruna Andrade. “Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direito sexuais no Brasil.” Rio de Janeiro: Revista em Pauta, 2014.

JUNIOR, Railson Andrade Silva. “Empregabilidade Trans: Políticas Públicas como Instrumento de Equidade de Travestis no Mercado de Trabalho.” Salvador: UFBA, 2020.

MELO, Laura Sthéphanie Ferreira de. “Transexuais no Mercado de Trabalho: Percurso Histórico e as Marcas do Preconceito na Violação ao Direito Fundamental ao Trabalho.” Recife: FADIC, 2020.

MPSP, 2020. Disponível em [https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Pesquisa-nacional-por-amostra-da-populacao-LGBTI%2B%3Dmercado-de-trabalho](https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Pesquisa-nacional-por-amostra-da-populacao-LGBTI%2B%3Dmercado-de-trabalho). Acesso em: 28/12/2020.

TODXS, 2020. Disponível em <https://www.todxs.org/>. Acesso em: 28/12/2020.

UOL, 2020. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/lgbtqia.htm>. Acesso em: 09/12/2020.